

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS NAS AULAS DE MATEMÁTICA: AS VOZES DOS ATORES

Solange Hassan Ahmad Ali FERNANDES e Lulu HEALY

PUC-SP

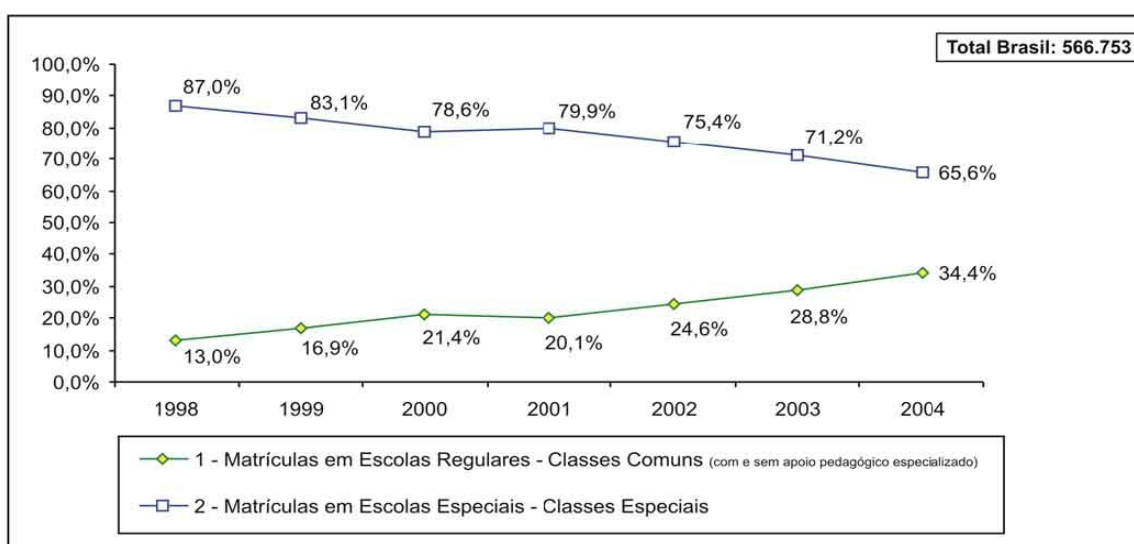
solangehf@osite.com.br e lulu@pucsp.br

Introdução

O movimento pela inclusão presente em nosso cotidiano, seja pela mídia, por organizações sociais ou por políticas públicas, tem consolidado um novo paradigma educacional – a construção de uma escola aberta e acolhedora das diferenças. Este paradigma tem nos levado a busca de uma necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com o objetivo de promover uma educação para todos nas escolas regulares.

De acordo com os dados publicados pela Secretaria de Educação Especial em setembro de 2005 (Gráfico 1) o atendimento inclusivo em Escolas Regulares cresceu no Brasil, passando dos 24,6% de 2002 para 34,4% em 2004.

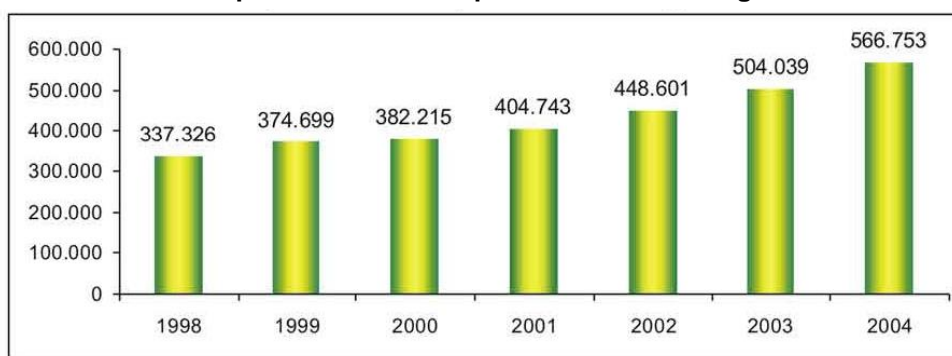
Gráfico 1 – Evolução de política de atendimento da Educação Especial de 1998 a 2004



Fonte: Censo Escolar – MEC/INEP

Tendo se tornado um fato, a educação inclusiva requer uma série de mudanças – na estrutura física das escolas, na formação de professores, nas metodologias educacionais, na gestão de recursos financeiros – que devem envolver toda comunidade.

Gráfico 2 – Evolução de matrículas na Educação Especial de 1998 a 2004
Total Brasil – Escolas Especiais/Classes Especiais e Escolas Regulares/Classes comuns



Fonte: Censo Escolar – MEC/INEP

A conscientização de que a Educação é um direito de todos, tem tirado do ostracismo muitos indivíduos que ali se mantinham (ou eram mantidos) talvez por acreditarem não ser possível fazer parte de uma sociedade estruturada para atender cidadãos cujo padrão “normal” fora culturalmente estabelecido. Os números são expressivos. A evolução das matrículas na Educação Especial (Gráfico 2) tanto em Escolas Especiais como em Escolas Regulares, mostra que há uma conscientização que a Educação é um direito de todo cidadão independentemente de suas necessidades.

Os dados referentes ao número de matrículas na Educação Inclusiva (Gráfico 3) são ainda mais representativos, mas nos conduz a reflexão:

- *A Educação Inclusiva que estamos oferecendo aos nossos alunos com necessidades educacionais especiais está dando a eles as mesmas oportunidades dadas aos alunos que se enquadram nos padrões normais?*
- *Estamos certos de que os currículos existentes e aplicados nas escolas atualmente atendem satisfatoriamente aos anseios dos sujeitos da educação a ponto de pretendemos que **todos** os cumpram?*

Gráfico 3 – Evolução de matrículas Inclusivas na Educação Especial de 1998 a 2004

Ano	Total Brasil		
	Educação Especial		
	Total Geral	Públicas	Privadas
1998	43.923	41.840	2.083
1999	63.345	59.392	3.953
2000	81.695	76.623	5.072
2001	81.344	76.546	4.798
2002	110.704	104.630	6.074
2003	145.141	137.186	7.955
2004	195.370	186.547	8.823

Fonte: MEC/INEP (Censo Escolar 1998 à 2004)

Os estudos que temos realizados centralizam-se nas necessidades educacionais especiais de aprendizes portadores de deficiências visuais¹, e nossos resultados nos permitem afirmar que não há âmbito do domínio da Matemática que seja vetado para os cegos. Recebendo os estímulos adequados para empregar outros sentidos; como o tato, a fala e a audição; o educando sem acuidade visual estará apto a aprender, desde que se respeite à singularidade do seu desenvolvimento cognitivo. É preciso, estarmos conscientes que as principais dificuldades não são necessariamente cognitivas, mas sim de ordem material e técnica, e que frequentemente, condicionam o ritmo de trabalho de um aluno cego na hora de aprender Matemática (Fernandes, 2004, p. 219).

O Estudo

Nossa pesquisa atual, ainda em fase inicial, tem analisado como **professores, alunos e dirigentes** de uma escola estadual de São Paulo vêm lidando com questões relativas à inclusão. Durante o desenvolvimento do projeto propomos investigar os processos envolvidos no ensino-aprendizagem de conceitos matemáticos por aprendizes sem acuidade visual dentro dos padrões normais inseridos em classes comuns, especialmente os conceitos matemáticos ligados a Geometria. Concentramos a pesquisa no desenvolvimento de situações didáticas e de ferramentas materiais e computacionais que facilitem o acesso a objetos geométricos. Neste artigo, analisaremos os dados coletados a partir de uma série de entrevistas realizadas com os três segmentos mencionados acima, que nos permitirá delinear como a diversidade vem sendo enfrentada, e que fatores têm influenciado positivamente e negativamente.

As entrevistas

A metodologia das entrevistas seguiu os padrões de Fontana e Frey (2000) que vêem nas entrevistas uma poderosa ferramenta, não neutra, para compreender como vivem e contar histórias contemporâneas de indivíduos, grupos ou organizações, numa sociedade caracterizada pelo individualismo e pela diversidade. Realizamos entrevistas individuais e em grupo. As entrevistas individuais foram realizadas com os profissionais que trabalham diretamente com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais no Ensino Médio. Nessas entrevistas almejávamos identificar o tipo de trabalho que

realizam com esses alunos, a formação acadêmica ou continuada a que tiveram acesso, que material os auxilia, suas angústias e satisfações.

Com os alunos (também do Ensino Médio) fizemos entrevistas em grupo, com três ou quatro participantes. Nossa intenção era promover o debate entre eles e usamos expressões como: “algumas pessoas consideram ...”, “há uma discussão entre duas posições...”, de tal forma que as respostas dadas pelo grupo pudessem ser concordantes, discordantes ou ambas.

Apresentando as vozes

A palavra dos alunos

Os alunos entrevistados mostram-se, de um modo geral satisfeitos por fazer parte da comunidade. Sentem-se acolhidos pelos colegas, professores, direção e funcionários da escola. Declaram não conseguir imaginar-se em Escolas Especiais. Alguns concluíram o Ensino Fundamental em Escolas Especiais e ao traçar um paralelo entre estas e a Escola Regular deixam claro que a convivência com colegas videntes os faz sentir parte integrante de um mundo que classificam como “real”, ou seja, quando recordam das Escolas Especiais, escolas totalmente estruturadas para deficientes visuais, lembram da sensação de estar num mundo que não existe, onde todos não podem enxergar.

Todos fazem planos e têm sonhos exatamente como os colegas videntes, planejam o curso superior que pretendem fazer, a família que querem ter e são pessoas otimistas em relação ao próprio futuro e ao do país. Nas discussões sobre fatos atuais que estão na mídia mostram estar conectados ao mundo que os cerca.

Em relação à escola, enfatizam o papel da professora da sala de recursos, tanto no apoio pedagógico como na mediação entre eles, os professores e os conteúdos estudados. Os alunos ressentem-se principalmente da falta do livro didático. Entretanto, outros pontos importantes foram apontados. Muitos não dispõem do material básico que permite aos deficientes visuais ler, escrever e desenhar. O custo do material adequado aos deficientes visuais é demasiadamente alto o que o torna acessível a poucos. Não há uma política pública que facilite a aquisição desses materiais e as doações não são freqüentes. Muitas vezes até o papel especial para escrita Braille utilizado em suas atividades ou avaliações devem ser trazidos por eles.

A palavra do professor

As vozes dos professores entrevistados ecoaram um único som ao relatar suas impressões quando se deparam pela primeira vez com alunos cegos em suas salas de aula. Perguntas como: “*o que fazer; como ensinar, como usar a lousa, que exemplos utilizar?*”, tomam conta dos pensamentos. Em seus depoimentos são unânimes ao afirmar que não tiveram formação adequada em sua vida acadêmica ou continuada para lidar com esses aprendizes.

Quando eu encontrei pela primeira vez com um aluno dv na sala pensei que não era um professor suficientemente bom que pudesse enfrentar aquela situação. Eu já tinha problemas com os videntes, como eu poderia lidar e ensinar alguma coisa para os que não podiam ver? Eu não tive formação na Universidade ou algum curso oferecido pela Delegacia de Ensino ou pelo Governo que me orientasse para o trabalho com esses alunos... Agora que já tenho alguma experiência com esses alunos quando chega algum professor novo na escola a gente já prepara para o encontro com os alunos dvs. Digo que eles são super esforçados, interessados e que temos o apoio técnico da sala de recursos que ajuda muito.

No entanto, mesmo com a prática diária e com o apoio recebido, algumas questões ainda os afligem. A falta de livros didáticos para alunos cegos ou com baixa visão é uma das realidades que enfrentam, principalmente no Ensino Médio. O material impresso que é entregue aos alunos deficientes visuais é feito na própria escola pela professora da sala de recursos, que os produz um a um em máquina Perkins. É natural que nem todo material que será empregado durante as aulas possa ser transcrito para o Braille, já que a professora da sala de recursos trabalha na Instituição meio período e é sozinha para atender aos professores de todas as disciplinas.

Nem sempre eu consigo prever com uma semana de antecedência a aula que vou dar. Quando começo um conteúdo é natural por um desenho ou escrever alguma coisa na lousa. Se o aluno dv não tem a aula em Braille digo a ele que depois sentarei ao lado dele para explicar. Naquele momento ele fica excluído, e eu não acho isso certo, mas não sei como fazer de outra forma naquele momento.

A falta de material de apoio pedagógico adequado para o trabalho com alunos deficientes visuais é outra realidade que enfrentam. Alguns materiais são adaptados pelos próprios professores. Em outras situações é a falta de formação que impede a utilização do pouco material disponível, a exemplo do que ocorre com os sorobans que a sala de recursos dispõe.

Eu estou nessa escola há doze anos, e é uma escola que trabalha com deficientes visuais, eu nunca, nunca ouvi dizer que a Delegacia de Ensino está oferecendo uma palestra, um curso... Nada, absolutamente nada.

Espera-se que o professor seja especializado em todos os alunos, inclusive nos portadores de necessidades especiais (PCN Adaptações Curriculares, p. 17). Mas, como pensar em um modelo de escola sem que se atente para os recursos humanos, mais especificamente para os professores das classes regulares que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa.

Falando sobre Matemática...

Os alunos

A Matemática para os alunos dvs dessa escola é uma disciplina especialmente “*complicada*”, só comparada em grau de dificuldade com a Física e a Química, segundo eles “*por ter muita fórmula e muito gráfico*”.

Falando do ensino da Matemática destacam a importância da contextualização e da falta de recursos para pesquisas sobre assuntos que os interessam. Eles destacam a abordagem tradicional usada nas aulas, essencialmente expositivas seguidas de exercícios de aplicação. Declaram que gostariam de viver outras experiências como aulas práticas, exercícios de exploração com materiais táteis e ainda de ter acesso a materiais de pesquisas (livros, internet ou softwares). Acreditam que tais experiências poderiam ser facilitadoras no caso de, por exemplo, trabalhos com gráficos. Segundo os alunos, atividades que envolvam algum tipo de gráfico ou diagrama não são realizados por eles, já que não há material de apoio disponível. Quando os colegas videntes realizam atividades deste tipo, eles envolvem-se em outros trabalhos ou simplesmente esperam que os colegas terminem a atividade.

Perguntamos aos alunos se há na Matemática algum conteúdo que parece especialmente difícil para os deficientes visuais e a resposta foi

negativa. No entanto, quando questionados sobre a Geometria afirmam que normalmente este assunto não é abordado pelos professores durante as aulas regulares. Um dos alunos, atualmente matriculado na terceira série do Ensino Médio, nos contou que durante sua vida escolar quando os professores trabalharam conteúdos geométricos ele era submetido a um processo distinto do da turma.

Geometria estudei muito pouco, porque a gente não faz desenho em sala de aula. Eu, por exemplo, uso reglete. Então... os professores geralmente dão uma pulada nessa matéria. Fazem um trabalho como compensação de nota mais no plano de conceitos... A coisa mais simples para equivaler a nota.

Outro aluno, portador de visão subnormal que utiliza tipos ampliados, nos conta que a Geometria é especialmente difícil, pois com tipos ampliados consegue enxergar as letras, mas não as linhas do desenho. Mesmo os alunos entrevistados que fizeram o Ensino Fundamental em Escola Especial declaram que estudaram muito pouco de Geometria.

Analisando as falas de nossos alunos podemos considerar que o impedimento não está propriamente no conteúdo, mas sim na adequação do material usado pelo professor e pela falta de material adequado para desenhar dos alunos, e talvez na escolha do tipo de abordagem dos conceitos geométricos.

Os professores

Em relação ao conteúdo matemático os professores declaram que, de fato, não são abordados todos os conteúdos destinados ao Ensino Médio, e os motivos apresentados são diversos. Inicialmente os professores afirmam que os alunos chegam ao Ensino Médio sem os conhecimentos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático. A falta do livro didático, mais uma vez, é outro ponto destacado, pois o tempo que precisam destinar a matéria e aos exercícios no quadro negro prejudica o desenvolvimento do conteúdo. Declaram ainda, que alguns conteúdos não são trabalhados por falta de preparo deles próprios, que se questionam a respeito de como abordá-los tendo em suas salas alunos sem acuidade visual dentro dos padrões normais.

Eu nunca trabalhei com Geometria Especial com meus alunos. Já trabalhei Geometria Analítica, mas eu acho meio complicado. O cara nunca enxergou e eu quero trabalhar cilindro com ele. Tudo bem que o cara vai poder pegar, mas é uma coisa que a falta de preparo, a falta de clareza de como eu vou fazer o cara entender isso. Será que junto com os outros ele vai conseguir entender isso? Isso me deixa angustiado.

As dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem pelos professores não se restringem aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas sim a todos os alunos. Obviamente os professores, cidadãos críticos, questionam sua formação acadêmica que não os preparou para ajustar o seu *fazer pedagógico* às necessidades dos seus alunos, sejam esses educandos com necessidades educacionais especiais ou não.

...E sobre avaliação

Os alunos

Os alunos entrevistados afirmam que, algumas vezes, a avaliação realizada por eles é diferente da realizada pela turma, e justificam ser a falta de recursos materiais o impedimento para que o professor possa lhes aplicar a mesma. Algumas questões, que envolvem gráficos ou desenhos, são normalmente substituídas por questões mais teóricas ou problemas que não envolvam diagramas.

O questionamento que fazem a respeito desse tipo de procedimento refere-se aos outros sistemas de avaliação a que são submetidos. Consideram que quando submetidos a um exame de vestibular, SARESP ou ENEM, as provas que realizam são as mesmas feitas pelos alunos videntes o que os deixa em desvantagem. Um aluno com visão subnormal diz que foi "*horrível*" fazer o ENEM no ano de 2005, onde mais que a metade das questões exigia interpretação gráfica. Os que fazem as provas com a ajuda da leitura por outra pessoa – os *letores* – afirmam que a interpretação da pessoa que está lendo influencia suas respostas e que essa influência nem sempre é positiva.

Um ponto importante que reforça o sentimento de inclusão desses alunos é que o processo ao qual são submetidos na escola não os faz sentir diferentes, pois em momento algum, dentro da escola, eles se sentem favorecidos ou prejudicados.

Os professores

Na EE Caetano de Campos normalmente os alunos dvs realizam a avaliação com os demais alunos no horário regular de aula. Geralmente os professores entregam as avaliações com antecedência para que a professora da sala de recursos as transcreva para o Braille. Entre os professores entrevistados não há um procedimento único relativo à avaliação. Um dos professores declarou que as avaliações oferecidas aos alunos dvs são as mesmas que os videntes realizam, no entanto outro nos diz que as avaliações carregam o mesmo conteúdo, mas não as mesmas questões.

Alguns temas expressos nas vozes dos atores

A formação dos professores

A inclusão exige mais do que leis. Exige uma atenção adequada. Oferecer informações, salas de recursos que funcionam de maneira deficitária ou equipes especializadas que visitem as escolas eventualmente, não é o bastante. Os problemas surgem no dia-a-dia, em aula, e transcendem esse âmbito reduzido, atingindo a responsabilidade da equipe docente. Não bastam, também, os prometidos apoios institucionais, sem a participação efetiva do aluno, e principalmente, sem o professor. A verdade é difícil encontrar professores que afirmem estar preparados para receber em classe um aluno com necessidades especiais (Cassiano, 2003). A inclusão é um processo que exige aperfeiçoamento constante, no entanto, em geral, os profissionais que atuam nas escolas hoje não recebem formação para trabalhar com educandos portadores de necessidades especiais, seja em sua formação inicial continuada.

A fim de subsidiar os professores em sua tarefa de favorecer aos seus alunos a ampliação do exercício da cidadania, a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial produziram as “Adaptações Curriculares” que compõe o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, documento publicado em 1998 pelo Ministério da Educação e Cultura. Lamentavelmente o documento apresentado não foi amplamente difundido entre aqueles que são os agentes da educação – professores e alunos.

Apesar das propostas politicamente corretas e das boas intenções de muitos, há muito a ser feito. Os cursos destinados à formação de professores, devem assumir o compromisso de formar para o respeito à diversidade dos

educandos. Além disso, é necessário mais pesquisas sobre as relações entre aprendizagem matemática e diferentes necessidades especiais sejam realizadas. Talvez devêssemos falar de uma *Didática para uma Educação Matemática Inclusiva*. Um campo destinado ao estudo das particularidades do processo de aprendizagem de todos aprendizes, com suas respectivas precisos e com a fim de preparar os educadores para a seleção e adequação de materiais pedagógicos, o uso dos instrumentos de trabalho, para a condução diálogos instrucionais nos quais professor e alunos, ambos como aprendizes, possam compartilhar os mesmos espaços simbólicos e, sobretudo, para o respeito à temporalidade de cada aprendiz, (Fernandes, 2004, p.219).

A avaliação e os conteúdos curriculares

As adaptações necessárias tanto aos conteúdos curriculares como no processo avaliativo são previstas nos PCN–Adaptações curriculares. Uma das atitudes sugeridas é “mudar a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, isto é, considerar que o aluno com necessidades especiais pode alcançar os objetivos comuns do grupo, mesmo que possa requerer um período mais longo de tempo” (p. 51). Em uma de nossas entrevistas, perguntamos aos alunos com deficiência visual sobre a realização das provas do ENEM. Segundo eles o tempo suplementar que dispõem é de trinta minutos, isto é, lhes é permitido ingressar na sala do exame trinta minutos antes do horário previsto para os demais candidatos. Será que este tempo adicional é mesmo suficiente para que o aluno com deficiência visual leia, interprete e selecione uma das alternativas de uma prova de múltipla escolha?

Pode-se ler ainda nos PCN – Adaptações Curriculares em relação às avaliações, que o professor deve “eliminar, objetivos e critérios de avaliação, definidos para o grupo de referência do aluno, em razão de suas deficiências ou limitações especiais” (p. 51). Entrevistando os professores envolvidos com alunos nos certificamos que é exatamente isso que eles fazem em suas classes inclusivas. No entanto é exatamente isso que preocupa os alunos com deficiência visual. Ao serem submetidos a exames nacionais ENEM ou FUVEST, verificamos que eles realizam exatamente a mesma prova que os demais alunos que são ampliadas ou transcritas para o Braille.

Neste ponto chegamos a um impasse, de acordo com os PCN – Adaptações Curriculares “a supressão desses conteúdos e objetivos da

programação educacional regular não deve causar prejuízo” para a escolarização do aluno com necessidades educacionais especiais. E ainda “deve considerar, rigorosamente, o significado dos conteúdos, ou seja, se são básicos, fundamentais e pré-requisitos para aprendizagens posteriores” (p.51). Ora, mas como não considerar a produção e análise de gráficos estatísticos básicos e fundamentais se, por exemplo, nos exames realizados pelo ENEM a maioria das questões pauta-se em análises de gráficos? Não seria o caso de submeter o ENEM e a FUVEST ao crivo dos PCN – Adaptações Curriculares? Tal fato pode ser verificado na fala de um dos alunos entrevistados:

O que eu posso perceber é que no SARESP e no ENEM eles não preparam uma prova especial para você [para os portadores de deficiência visual]. Eles simplesmente pegam uma prova em tinta e passam para o Braille. No SARESP e as questões que tinham algum desenho ou gráfico eu simplesmente chutei e errei a maioria. O ENEM não veio em Braille e a pessoa que tava lendo para mim não sabia muito bem como me explicar às figuras.

Se, como acreditamos, as necessidades especiais dos alunos devem ser atendidas no âmbito da escola regular isso requer que os sistemas educacionais se modifiquem, não apenas revendo suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para constituir uma escola para todos e que de fato gerem condições de igualdade social.

Ouvindo estas vozes?

Construir uma *sociedade para todos* implica na conscientização coletiva da diversidade humana e na estruturação para atender às necessidades de cada cidadão. Certamente a escola tem um papel fundamental nessa construção e a inserção de educandos com necessidades educacionais especiais, no meio escolar, representa uma forma de tornar a sociedade mais democrática (Martins, 2002). Cada vez mais, os educadores têm percebido que as diferenças não devem ser somente aceitas, mas também acolhidas como subsídio para montar (ou completar) o cenário escolar. Não basta aceitar a matrícula desses educandos, isso é cumprir as leis. O que se deve entender por inclusão é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas,

adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa (Guimarães, 2003).

Devemos ficar atentos às propostas feitas pelo Sistema de Ensino, as análises e as críticas são necessárias para que possamos auxiliar na construção da sociedade que almejamos. A inclusão social e escolar que desejamos deve garantir igualdade de oportunidades e de direitos com autonomia. Temos mantido sob tutela e monitorado nossos aprendizes com necessidades educacionais especiais como se oferecêssemos a eles um privilégio e não um direito.

Os alunos sem acuidade visual dentro dos padrões normais entrevistados não consideram que o sistema de cotas proposto pelo PROUNE é adequado a suas pretensões e aspirações, mas ao analisarem as práticas educacionais a que são submetidos acreditam que não estão prontos para competir com os demais em pé de igualdade.

Atualmente eu acho que esse sistema é até justo, mas o ideal é que nós tivéssemos as mesmas condições que os outros alunos. Eu fui procurar cursinho para o ano que vem e não consegui nenhum, não tem cursinho preparado para atender deficientes visuais. Nem mesmo curso de línguas eu consegui fazer. Quando eu fui procurar curso de Inglês para fazer não encontrei nenhum que estivesse preparado para ensinar um dv.

Os estudos que temos realizado na área da Educação Matemática com indivíduos sem acuidade visual dentro dos padrões, corroboram nossa concepção de uma sociedade consciente da diversidade, que se estrutura para atender as necessidades de cada cidadão. É preciso que se deixe de encarar a cegueira como sendo apenas uma condição limitadora ou mesmo incapacitadora. O cego ou portador de baixa visão apresenta os mesmos sentimentos e aspirações daqueles considerados "*videntes*". Possui, portanto, potencial que precisa ser estimulado e trabalhado a fim de possibilitar sua integração no mundo em que vive. Não de uma forma complacente, mas sim como um direito.

Notas

1. O *deficiente visual* pode ser educacionalmente cego ou portador de visão subnormal (Carvalho et al, 2002). Entende-se por educacionalmente cego, o indivíduo que não é capaz de ler impressos a tinta nem mesmo com o uso de auxílios ópticos (óculos, lupas ou telescópios) ou não-ópticos (como o controle de iluminação, ampliação dos tipos ou sistema de circuito fechado de televisão). A visão subnormal ou baixa visão é uma perda severa de visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais. Também pode ser descrita como qualquer grau de enfraquecimento visual que diminua sensivelmente o desempenho visual (ibid.).

Referência Bibliográfica

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. 62p.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: SEF, 1998.
- CARVALHO, K. M. M. et al. **Visão Subnormal: Orientações ao Professor do Ensino Regular**. 3. ed. Ver. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- CASSIANO, C. **Com os olhos da alma**. EDUCAÇÃO. São Paulo: Segmento, n. 73, mai. 2003. pp. 40-50.
- FERNANDES, S. H. A. A. **Uma análise vygotskiana da apropriação do conceito de simetria por aprendizes sem acuidade visual**. São Paulo, 2004. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FONTANA, A., FREY J. H. From Structured Questions to Negotiated Text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. 2ed. USA: Sage Publications, Inc, 2000. pp. 645-672.
- GUIMARÃES, A. **Inclusão que funciona**. NOVA ESCOLA. São Paulo: Abril, n. 165, set. 2003. pp. 43-47.
- MARTINS, V. **Quem necessita de Educação Especial?** Disponível em: <http://www.deficienteeficiente.com.br/materia01.htm>. Acesso em: 22 set. 2002.